

# Entre o mito da retomada do território e a política de silêncio: uma análise do discurso do RJTV sobre a “Pacificação” da Rocinha

BETWEEN THE MYTH OF RESUMPTION OF TERRITORY AND THE POLICY OF SILENCE: AN ANALYSIS OF RJTV'S DISCOURSE ABOUT THE “PACIFICATION” OF ROCINHA SLUM

**Kleber Santos de Mendonça**

Professor adjunto III e chefe do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da UFF. Professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência e Comunicação (NevCom) da UFF e do GT Práticas Interacionais e Linguagens da Comunicação. Doutor em Comunicação pela UFF.

E-mail: klebersm@hotmail.com

Recebido em 3 de dezembro de 2014. Aceito em 9 de maio de 2015.

## Resumo

A partir da análise de reportagens sobre a “pacificação” da Rocinha, veiculadas em 2011 pelo RJTV (Rede Globo), pretendemos evidenciar os modos como os moradores das favelas aparecem como fontes noticiosas, além de entender o papel desempenhado pelo comentarista de segurança pública da emissora e o processo de construção do mito de que a “pacificação” representa a retomada do território da favela pelo Estado. Colocando em diálogo os estudos sobre o silêncio (Orlandi, 1997) e a gentrificação (Smith, 2006), propomos o termo *gentrificação discursiva* para dimensionar tais direcionamentos de sentidos.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Pacificação. RJTV.

## Abstract

Based on the analysis of television news about the “pacification” of Rocinha slum, broadcasted in 2011 by RJTV (Rede Globo), this paper aims to highlight the ways in which slum residents appear as news sources, to understand the role played by the anchors of the show and to question the myth that the “pacification” is the resumption of slum territory slum by the State. Putting in dialogue studies of silence (Orlandi, 1997) and gentrification (Smith, 2006), we propose the term *discursive gentrification* to size such meaning effects.

**Keywords:** TV News. Pacification. RJTV.

## Apresentação

A parte final da edição do RJTV/1ª Edição, da Rede Globo, de 14 de novembro de 2011, transmitido ao vivo diretamente das ruas da favela da Rocinha, recém “ocupada” pelas forças militares do Estado na ação que iniciou o processo de “pacificação” daquela comunidade, ilustra bem o propósito do presente artigo. Em uma entrada ao vivo de dentro do helicóptero que sobrevoava a área, o repórter André Curvello narra o seguinte texto enquanto acompanhamos a bela imagem aérea de parte da Zona Sul do Rio de Janeiro, incluindo a Lagoa Rodrigo de Freitas, o Cristo Redentor e a própria favela, em primeiro plano:

Pois é Ana Paula, aí esta a Rocinha, compondo esse cartão postal do Rio de Janeiro [...] A gente que é do Rio já vê a Rocinha como bairro, mas a verdade é que ela é maior do que muitas cidades. Para efeito de comparação, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, ela tem o mesmo número de habitantes do que Seropédica, na Baixada Fluminense, e Saquarema, na Região dos Lagos. É a imensidão da Rocinha. (RJTV, 14 nov. 2011)

Somente após as ações de “retomada” do território pelas forças do Estado a instância jornalística foi capaz de (re)incluir, no texto e na imagem, aquela região como parte legítima da geografia da cidade. Entender o funcionamento da reorganização discursiva e espacial da cidade, de seus habitantes e apontar os sentidos propostos por tais estratégias são os objetivos do presente trabalho.



**Figura 1** – Imagem transmitida ao vivo pelo RJTV 1ª Edição de 14 nov. 2011

Este artigo sistematiza parte de uma investigação maior que vem analisando as coberturas telejornalísticas do RJTV 1ª Edição, veiculadas entre 2010 e 2013, em relação às ações de “pacificação” de algumas comunidades da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. No caso específico da reflexão aqui proposta, procuramos analisar alguns aspectos que são recorrentes na cobertura jornalística desse período, mas que se materializam, de modo ainda mais evidente, no episódio da “reconquista” territorial da favela da Rocinha, realizada em 13 de novembro de 2011. Para isso, recorreremos à análise das emissões televisivas da semana anterior e da semana seguinte à ação de “pacificação”<sup>2</sup>.

Nosso objetivo, com esse percurso analítico, é entender em que medida as coberturas daquele período, ajudam a cristalizar o mito de que as “ocupações” (das favelas) materializariam uma “retomada de território” por parte do Estado. Assim, será possível perceber como tal interpretação “parcial” e da complexidade dinâmica da cidade acabará por reduzir, discursivamente, os moradores das favelas “pacificadas” à vítimas passivas dos processos postos em funcionamento por tais ações nos espaços da cidade e nos discursos telejornalísticos.

## Do mito da retomada do território à gentrificação discursiva

Ao analisar o caso específico de transformação urbana da cidade de Nova York, na segunda metade do século XX, Neil Smith (2006) recorre ao conceito de gentrificação como uma forma de entender o complexo processo de gestão global do espaço urbano. Para ele, vemos surgir, de modo global, uma nova política dos espaços não mais tomados como públicos, mas como alvo de uma intervenção “ordenadora” estabelecida pela “parceria” público-privado. O exemplo de Manhattan se tornou emblemático na medida em que materializou o que mais tarde viria a se tornar uma estratégia global de “planejamento urbano”.

Tal fenômeno de gestão das cidades produziria duas consequências. A primeira é o deslocamento da noção de espaço público, cujo uso passará a ser racionalizado de forma a atender às demandas e legitimar os interesses da “iniciativa privada” como a naturalidade do processo de transformação contemporânea da cidade. Discursivamente, essa

1 Nesses quatro anos, foram instaladas 31 das 38 UPPs já efetivadas, segundo dados divulgados pelo site acerca das UPPs, mantido pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Ver Unidade de Polícia Pacificadora (2009).

2 Embora os exemplos analisados aqui se refiram às edições do RJTV veiculadas nos dias 11 e 14 de novembro de 2011 e à cobertura ao vivo da “ocupação” da Rocinha, no domingo 13 de novembro do mesmo ano, tais casos pontuam, com mais clareza, padrões discursivos percebidos pelo acompanhamento sistemático de três semanas de veiculação. Todos os exemplos aqui apresentados foram gravados, digitalizados e arquivados em um banco de dados pelo autor da pesquisa.

“inevitabilidade” ganhará materialidade no eufemismo da ““revitalização”“ dos espaços urbanos. Como segunda consequência, a gestão “privada” do espaço “público” acabará por transformar uma parcela expressiva da população em obstáculo residual do progresso, que precisará ser posto em mobilidade (SMITH, 2006).

A tomada aérea que passa a incluir a favela da Rocinha no cartão postal do Rio de Janeiro é um exemplo, no plano do discurso, de como essa ideia de “revitalização” dos espaços permeará as interpretações acerca das ações de “pacificação” das comunidades cariocas. Passar a “compor o cartão postal” éo pressuposto de que aquela região começa a “reviver” a partir da expulsão dos traficantes da comunidade.

A análise mais detida das reportagens sobre a “pacificação” da Rocinha nos permite, entretanto, propor uma questão que, por sua vez, tem como base uma analogia ao pensamento de Smith. Em que medida podemos caracterizar os deslocamentos nos conteúdos informativos sobre as comunidades do Rio de Janeiro, no período “pós-pacificação”, como um processo de *gentrificação discursiva*? A questão busca estabelecer uma relação entre dois aspectos: os ordenamentos de sentido e o deslocamento do lugar simbólico dos moradores de comunidades como fontes noticiosas.

Em relação à primeira consequência da *gentrificação* apontada por Smith – administração “privada” do espaço outrora “público” vemos, em vários exemplos da cobertura jornalística como, de modo análogo ao do ordenamento urbano, que o enquadramento das notícias passa a ser pautado por interesses privados direcionados a um sentido único (de inevitabilidade) das ações de “pacificação”: o de que a “revitalização” das favelas se dará a partir da “retomada” daqueles territórios pelo Estado.

Há, portanto, seja nas ações que buscam promover a “gentrificação” dos centros urbanos, ou nos discursos que legitimam tais práticas como “inevitáveis”, um complexo jogo de silenciamentos. Ao defendermos a ideia de que uma determinada área da cidade precisa ser “revitalizada” (e de uma única maneira “global”), silenciemos, necessariamente, o reconhecimento da pluralidade de vida da região e consequentemente impedi-mos a emergência de “futuros-outros” a partir de tal multiplicidade.

A segunda consequência da *gentrificação* – parcela expressiva da população considerada como obstáculo do “progresso inevitável” -, por sua vez, se materializa, discursivamente a partir de uma eficaz e mascarada estratégia de silenciamento: as vozes das fontes informativas de moradores das comunidades são escolhidas, no telejornal, a partir de um determinado tipo de perfil. Revela-se, como veremos, uma política de ordenamento de sentidos que divide, tendenciosamente, os moradores das favelas em dois tipos prioritários: aqueles com direito “limitado” à fala e os demais, com o dever “imposto” de se manterem em silêncio.

## Entre deixar falar e fazer calar: a escolha das fontes informativas como política de silêncio

A partir da análise das reportagens veiculadas pelo telejornal, defendemos aqui, que a efetivação do mito da retomada dos territórios pelo Estado, no discurso do RJTV, se baseia na combinação de três gestos de silenciamento, que serão aqui analisados: silencia-se o fato de que o Estado sempre esteve presente nas comunidades, mesmo que de forma precária e contraditória; reduz-se a pluralidade possível de vozes dos moradores das comunidades, ao estabelecer como único tipo de fonte informativa o “morador anônimo/passivo”; e evita-se complexificar a interpretação crítica do trabalho das forças militares durante a “ocupação”, bem como dos princípios norteadores dessa intervenção, na medida em que os comentários de “especialistas” em segurança pública se resumem às falas e “análises” do ex-integrante do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) Rodrigo Pimentel.

Para evidenciar o processo de orquestração das três vozes, recorreremos à análise das políticas de silêncio presentes no discurso investigado. Eni Orlandi (1997) pensa os gestos de silenciamento como, ao mesmo tempo, produtores e consequências dos direcionamentos de sentido nos discursos. A autora define como política de silêncio o gesto de interditar o dizível como forma de impor uma determinada interpretação.

O silêncio não é uma ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 1997, p. 105)

Assim, pensar a questão do silêncio não é buscar apenas o que não foi dito. Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos a missão de entender para quais posições nos jogos de poder tais silenciamentos apontam. Em outras palavras, quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um “modelo” de interpretação do real) está sendo autorizada a falar e a emitir opiniões.

De volta à questão do ordenamento dos lugares de fala dos moradores de comunidades como fontes noticiosas, se tomarmos um percurso de análise que compreenda a cobertura jornalística do processo de “pacificação” da Rocinha (de 10 a 18 de novembro de 2011) nos detendo apenas nos modos como os moradores da comunidade foram chamados à participação, poderemos identificar quatro fases distintas.

Num primeiro momento, antes das ações se desenrolarem, cabe aos moradores apenas a ausência como fontes, materializada pela recusa de serem ouvidos, uma vez que

se encontram, ainda, iguallados na mistura entre bandidos, traficantes ou ocupantes ilegais de uma área que não lhes pertenceria. É a representação típica pré-pacificação, concretizada no sonho utópico da direita carioca que ainda há pouco ansiava pela “erradicação” das favelas e pela expulsão de seus moradores.

Já na véspera das ações de “ocupação” da Rocinha, logo após a prisão do principal traficante da comunidade naquele momento, vemos todos os relatos de moradores seguindo um mesmo padrão. Eles não são identificados, têm seus rostos encobertos por efeitos visuais ou pela escuridão e suas vozes são alteradas. Todos são unânimes em pedir a pacificação e a presença das forças armadas na comunidade e ressaltam que, apesar das (ou graças às) prisões dos bandidos, a região está calma.

A justificativa para a falta de identificação das fontes é óbvia, embora seja, também, um índice da contradição presente entre os discursos sustentados por elas e a forma como se apresentam. Ainda que a emissora precise de declarações de moradores afirmando que as coisas estão melhores, as fontes se mantêm em posição de vítimas amedrontadas pela situação em que vivem. Acatam ao chamamento e “impõem”, como condição, a preservação de seu anonimato. O resultado desta interação é a redução destes à figura de vítimas indefesas dos traficantes, ansiosos pela “libertação” a ser promovida pelo Estado e gratos pelo direito à voz com sua segurança e anonimato preservados..

Em um terceiro momento, marcado pela cobertura ao vivo das ações de “ocupação”, em 13 de novembro de 2011, a interpelação dos moradores durante as duas horas em que a comunidade começou, oficialmente, a ser “pacificada” se limitou à passividade de acompanhar a chegada das forças do Estado pela TV. A primeira manifestação de apoio às ações é vista no início da manhã: um morador “desrespeita” as determinações do comentarista de segurança pública da TV Globo, Rodrigo Pimentel, e sobe no terraço de sua casa balançando uma bandeira branca. Tal gesto passa, imediatamente, a ser utilizado pela emissora em sua transmissão como o símbolo da gratidão dos moradores pela ação “pacificadora” do Estado.

Cabe, nesse momento, abrimos um parêntesis semântico para lembrar que a bandeira branca em momentos de guerra, mais do que comemorar a paz, representa o sinal universal da rendição. Em que pese a confusão de sentidos, ainda há outro aspecto importante no papel destinado à comunidade ao longo das ações: o congelamento no lugar de espectador passivo dos acontecimentos, posteriormente manifestando seus gestos de agradecimento pela “libertação” de sua comunidade realizada por “seus heróis”.

A modalização desta estratégia (o quarto momento) é apresentada já no dia seguinte à “pacificação”. Na edição de 14 de novembro de 2011 os moradores chamados a dar declarações nas reportagens gravadas que resumiram as ações da véspera aparecem

identificados, com direito ao primeiro nome e à profissão nas legendas. Todos, como era de se esperar, comemoram a ação da polícia.

A edição desta segunda-feira após a ‘ocupação’ da Rocinha é transmitida ao vivo das ruas da comunidade. Estão na entrada da favela a então apresentadora Ana Paula Araújo, o comentarista Rodrigo Pimentel e toda a equipe de jornalistas. Ao longo dos blocos do programa, a apresentadora caminha pelas ruas da comunidade, trajando um colete à prova de balas, conversando com as pessoas que estão ao redor assistindo à transmissão. Na volta do terceiro bloco, Ana Paula Araújo caminha pela entrada da favela e conversa com alguns transeuntes:

*[A apresentadora caminha em direção a duas moças em frente da loja em que trabalham. Ela narra]:*

“Olha a situação se normalizando aqui pela Rocinha. O comércio já aberto, funcionando tranquilamente”.

*[Pergunta a uma das lojistas]:* “Tá tudo funcionando normal?”

*[A primeira responde]:* “Tudo normalmente (risos nervosos)”

*[Ana Paula]:* “Como é que tá o clima hoje por aqui na comunidade?”

*[A segunda fonte responde]:* “Tá bem, em paz, graças a Deus. A gente não tem nada que reclamar, não”. *[o tom é de total ausência de preocupação].*

*[Ana Paula]:* “Com esperança do que vem pela frente?”

*[A segunda fonte quase não responde, levantando os ombros, como se dissesse que isso não chega a ser uma questão para ela]:* “... sim...”

*[Ana Paula]:* E o movimento, como é que está?

*[A segunda fonte responde, após uma pausa]:* ...o movimento... ainda tá fraco...

*[Ana Paula]:* Mas vai melhorar?

*[A segunda fonte]:* Vai melhorar, com certeza.

*[Ana Paula volta a questionar a primeira fonte]:* “Você é moradora daqui e trabalha aqui?”

*[A primeira fonte]:* “Sou moradora de Caxias e trabalho aqui”.

*[Ana Paula]:* “Veio hoje pra trabalhar? Tranqüila?”

*[Fonte]:* “Tranqüila, a gente não tem medo não” (risos).

(RJTV, 14 nov. 2011)

Vemos, neste diálogo, que a empolgação da entrevistadora não é, exatamente, acompanhada pelas vendedoras. Estas, se mostram mais animadas com a possibilidade de figurarem numa entrevista do que com as ações de “pacificação” que deveriam comentar. Com isso, acabam fazendo questão de deixar implícita, nas suas falas, a constatação de que a questão do medo não era algo que impactasse suas vidas, mesmo

antes da ação policial. Diante dessas respostas, só resta à apresentadora continuar sua caminhada em busca de outros moradores cujas falas concordem com as palavras enunciadas pelo telejornal.

Percebe-se, neste diálogo, ainda que de modo tímido, as relações de tensão entre as perguntas propostas pela entrevistadora e as respostas de fato obtidas. Diante da expectativa, por parte da repórter, de que as fontes fizessem referência às mudanças, podemos perceber a indiferença das personagens, mais interessadas em manifestar publicamente sua falta de medo em relação a viver numa comunidade.

Visualizamos, brevemente, a tensão provocada pelo encontro entre dois lugares de fala socialmente distintos. De um lado, uma moradora de regiões mais pobres (e violentas) para quem transitar por estas bandas não é motivo de novidade ou ameaça. Do outro, uma jornalista se esforçando para evidenciar mudanças, mesmo que a única constatação visível desta “transformação” seja sua própria surpresa por poder, “finalmente”, transitar em paz nas mesmas áreas nas quais sua visão (assustada) de classe média só permitia enxergar a materialização do perigo.

Há, ainda, outra ambiguidade semântica na entrevista. O uso da palavra “movimento” pela jornalista para se referir à loja das entrevistadas é seguido por uma breve pausa reticente da entrevistada. Em que pese o fato de que a língua é polissêmica, retomamos a lembrança de Pêcheux, de que “o sentido pode ser sempre outro, mas ele nunca é qualquer” (PÊCHEUX, 1997), cabe-nos lembrar que o termo *movimento* é usado, nas comunidades do Rio de Janeiro, como sinônimo do funcionamento do tráfico de drogas. Em nossas idas às favelas, como parte de pesquisa de campo, esse uso é recorrente, especialmente quando o morador prefere não usar a palavra tráfico.

Assim, podemos entender o breve silêncio da moradora como uma evidência do desencontro semântico entre o desejo da resposta da jornalista (o movimento das lojas melhorou com a ação policial) e a dúvida da entrevistada sobre que “opinião” se espera dela (a de que o movimento do tráfico acabou ou o de que o da loja está fraco, mas vai melhorar).

Do ponto de vista das políticas de silenciamento, no entanto, o principal produto desse “desencontro orquestrado” é um brutal gesto de deslocamento dos lugares discursivos de fala dos moradores daquela favela carioca. Percebe-se que os modos de “convite” para participação no processo de (re)urbanização – e (re)ordenamento de sentidos – em curso vão servir, ao mesmo tempo, de concessão de voz e de silenciamento de um certo perfil de moradores. No caso das reportagens analisadas, destaca-se a ausência, na escolha das fontes noticiosas sobre as ações de “pacificação”, das vozes das lideranças tradicionais comunitárias.

Silencia-se, com isso, uma vasta história de lutas e conquistas de centenas destes moradores que, a custo de muitos sacrifícios e batalhas, conseguiram, ao longo de anos de resistência, invisibilidade e descaso, manter suas estratégias criativas de sobrevivência nestas comunidades e exigir a presença do Estado naqueles territórios, mesmo que de forma precária<sup>3</sup>.

O resultado desse tipo de silenciamento aponta um aspecto importante do que estamos propondo chamar de *gentrificação discursiva*: serão retratados como moradores “legítimos” da favela apenas aqueles que aceitam ser representados como vítimas da violência na mesma medida em que são gratas à ação “pacificadora” do Estado.

Por consequência, esses mesmos personagens ocupam, discursivamente, o papel de figuras passivas em relação ao desenrolar das ações e à transformação de suas localidades. Ao valorizar as falas do morador grato por ter “seu” território devolvido pelo Estado, é como se o telejornal mostrasse, à classe média, a inevitabilidade dos processos de “revitalização” da cidade, no mesmo movimento discursivo em que prescreve, aos mais pobres, quais seriam as normas obrigatórias de conduta para que os moradores “meçam” viver em uma comunidade pacificada.

Vale, aqui, recorrer ao argumento de Alessandro Baratta (1994) ao defender, como resposta ao problema contemporâneo da relação entre a criminalidade e o medo, o gesto dos cidadãos deixarem de ser “espectadores” (no duplo sentido que o são nos dias atuais: da mídia e da política) para se tornarem “atores”. No caso das “pacificações” do Rio de Janeiro, vimos uma dupla ameaça que se oferece, aos moradores, travestida em boas notícias.

De um lado, há o apelo discursivo da manutenção desses sujeitos no status de “espectadores passivos” dos momentos históricos de sua salvação, cujos protagonistas são os policiais, o Estado e a imprensa; e de outro, há a imposição do desempenho de “atuações-parceiras” que reproduzam a expectativa moral (e disciplinada) de acordo com as imposições dos projetos de urbanização e de transformações (gentrificação?) dos espaços da cidade.

Além do silenciamento das lideranças históricas das favelas cariocas, a construção discursiva do mito da retomada do território pelo Poder Público quer silenciar, também, outro aspecto: o fato de que a própria presença constante, precária e contraditória do Estado nas localidades é, também, parte importante do problema das violências enfrentadas pela comunidade. A importância dada a “retomada” da Rocinha, tratada como “momento histórico”, tenta evidenciar que o Rio de Janeiro estaria vivendo, a partir das

<sup>3</sup> São exemplos desse tipo de evidência as creches, os posto de saúde, bem como os diferentes níveis de infraestrutura e urbanização local.

“pacificações”, uma espécie de “ruptura discursiva” nos moldes propostos por Foucault (1996), encobrindo, nas narrativas, as continuidades na matriz da questão.

Com isso, desaparecem as visões que atribuiriam à complexa e contraditória presença do Estado nas localidades uma parcela importante da existência do problema das violências. Assim, não será mencionada, como causa e continuidade, a persistência das mesmas velhas práticas de sujeição criminal (MISSE, 2008), bem como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte dos agentes do Estado (KANT DE LIMA, 2004) em ação nas favelas cariocas “pacificadas”, como a complexa relação de promiscuidade entre elementos da força policial e traficantes.

Nas palavras de Michel Misse,

é o tipo de “presença” do Estado (sob a forma de poder discricionário da polícia e de seus braços, os delatores, os alcaguetes, bem como das transações entre policiais e bandidos), e não na sua “ausência”, que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas, conjuntos habitacionais e bairros pobres do Rio de Janeiro (MISSE, 2008, p. 30, grifo nosso)

Tal percepção se refere a um aspecto constantemente silenciado nas coberturas jornalísticas das ações de “pacificação”: o fato de que grande parte do armamento utilizado pelos traficantes é vendido a eles por agentes do Estado, em sua grande maioria policiais. Defendemos, aqui, em diálogo com Misse (2008) e Kant de Lima (2004), que o esforço de complexificar a questão das violências urbanas contemporâneas não pode deixar de perceber essas transações escusas entre policiais e traficantes como outra evidência da presença constante do Estado nas comunidades. Em síntese, diríamos que a presença precária do Estado, relegando as comunidades a uma dupla marginalidade: do acesso precário aos recursos e benefícios da cidadania e do “privilégio” de ser o destino prioritário das armas e drogas traficadas para dentro de suas vielas por parte daqueles que deveriam representar as forças da lei.

A reiterada comemoração da “retomada” de tais localidades quer encobrir discursivamente, portanto, justamente essas continuidades que, mesmo assim, virão à tona da mesma maneira violenta em episódios posteriores à “pacificação” aqui analisada. É o caso do episódio da tortura e do desaparecimento de Amarildo Dias de Souza após ter sido detido por policiais militares em sua casa, na favela da Rocinha, em junho de 2013, apenas um ano e meio depois da extinção do tráfico de drogas ter sido, discursivamente, “decretada” pelos apresentadores do RJTV ao vivo, como veremos, na cobertura das ações policiais.

## Entre a análise e a prescrição pedagógica: Rodrigo Pimentel como a voz (única) da segurança pública no RJTV

Para entendermos melhor os efeitos e o funcionamento dessa estratégia discursiva, será preciso aprofundar um pouco mais a análise do terceiro gesto de silenciamento discursivo presente nas reportagens aqui analisadas: o gesto de evitar a complexificação e a pluralidade dialógica e contraditória das interpretações críticas do trabalho das forças militares durante a “ocupação”, materializado na presença constante (e única), nas coberturas, do comentarista de segurança pública do RJTV, o ex-capitão do Bope Rodrigo Pimentel.

O principal aspecto desse silenciamento é a transformação desse espaço que poderia ser de análise aprofundada da informação em um mero comemorar das ações adotadas, bem como reproduzir as prescrições ditadas pelas forças de ocupação. Um exemplo desse funcionamento discursivo pode ser visto na transmissão ao vivo das ações de “ocupação” do dia 13 de novembro de 2011.

*Ana Paula Araújo:* Podemos esperar muitas prisões, Rodrigo?

*Rodrigo Pimentel:* Olha esses bandidos, vou chamar de raia miúda [...] eventualmente ele não está “pedido”, como se diz no linguajar policial, *se ele tomou um banho e jogou o fuzil pela janela, a polícia não conseguirá prendê-lo* (RJTV, 13 nov. 2011).

O comentarista, na verdade, atualizava a mesma imagem a qual recorrera na edição de 11 de novembro de 2011, no comentário da reportagem que noticiava a prisão do traficante Nem, então chefe do tráfico no local. Nessa ocasião, Rodrigo Pimentel fora capaz de reunir, em um mesmo pacote, comentário “policial”, análise “especializada”, discurso performático e prescrição normativa. Ex-capitão do Bope e por si só uma figura altamente midiática (*alter ego* do Capitão Nascimento da *Tropa de Elite*), Pimentel manda, durante uma de suas análises, um recado a um grupo específico de telespectadores. Uma prescrição que leva, em sua receita, medidas iguais de conselho e de ameaça:

*[Imagens da polícia fazendo operações de cerco em comunidades ligadas à facção do bandido Nem. Ana Paula Araújo pergunta]:* “Agora, Rodrigo, cerca de 200 bandidos faziam parte da quadrilha do Nem, segundo estimativas. [...] Dá para ter uma ideia do que a polícia ainda vai encontrar, vai conseguir realizar de prisões no domingo?”

*[Pimentel, em off, responde]:* “Todo o *staff*, quem está à frente desta facção, foi preso.[...] Essa facção está com os dias contados. Ela vai passar a existir somente no presídio. Fora

do presídio ela vai acabar. [...] Não existe substituto para o Nem. [...]. O que tem ali são os bandidos que não tinham prisão decretada, não estão arrolados em processos policiais [...]. *Esse vai ser muito difícil da polícia prender. Ele não tem ficha, ele não tem passagem. Ele vai tomar banho, vai esconder o fuzil dele e vai virar cidadão a partir de segunda-feira, vai buscar um emprego formal, mas na atividade do tráfico, na Rocinha, ele não fica mais*". (RJTV, 11 nov. 2011, grifo nosso).

Percebe-se que a escolha de insistir nos mesmos simbolismos para ser referir aos sujeitos antes ligados às práticas criminais – como aqueles que irão “tomar banho” para “se tornarem cidadãos” – evidencia, de modo bastante claro, os preconceitos a partir dos quais muitos policiais condicionam sua rotina, sobretudo em relação a todos aqueles considerados bandidos: os que, talvez até por sua falta de limpeza, não mereceriam ser tratados como cidadãos.

Bastam, portanto, dois momentos breves de nomeação que separem, discursivamente, traficantes, moradores e cidadãos para fazer cair por terra à ideia de que estaríamos, de fato, vivendo uma ruptura (no texto e na cidade) dos modos “tradicionais” de enfrentamento da questão da violência. Naquele momento inicial de “comemoração” já podíamos perceber a mesma ausência de reconhecimento de cidadania e direitos (como o de presunção da inocência) que seriam atualizados, menos de dois anos depois, no episódio do desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza.

Outro momento da cobertura que nos permite aprofundar o entendimento desse lugar discursivo ocupado pelo comentarista de polícia do RJTV pode ser visto em relação à “análise” sobre a necessidade dos arrombamentos das casas de moradores para “averiguação”. Na cobertura da “ocupação” da Rocinha, após uma passagem ao vivo do repórter Edmilson Ávila, direto do centro de operações da PM, Ana Paula Araújo conversa com Rodrigo Pimentel sobre a investigação anterior feita pela Polícia Federal e a possibilidade de potencializar a captura dos traficantes.

AP: Chegou agora a informação de que a Polícia Federal já começou a chegar à Rocinha.

RP: [...]A partir de agora a Polícia Federal tem seus alvos estabelecidos: casas, refinaria...

AP: Quer dizer, eles vão no endereço já certo.

RP: Com muita precisão...

[...]

AP: Rodrigo, ao longo da semana escutamos de moradores que traficantes estavam se escondendo na casa de moradores, tentando se disfarçar de moradores. Como é que a polícia vai fazer para escapar desses confrontos?

RP: A polícia sempre pede autorização [...] ela não está munida de mandado de busca e apreensão coletivo. Ela vai bater na porta, se identificar [...] e vai pedir autorização para revistar. *Eventualmente o morador, isso aconteceu no alemão mais de uma vez, que fuja às características, lembrando que isso aconteceu no alemão, ele vai ser levado ali àquela viatura do IFP.* (TV Globo, 13 nov. 2011, grifo nosso).

Mais adiante, a apresentadora pergunta para o Ten. Cel. Renê Alonso, comandante do Bope, se a revista das casas já havia começado. A resposta do oficial é clara: “Não necessariamente, a gente está vasculhando as casas. Estamos nos detendo mais nas ruas do entorno”(TV Globo, 13 de novembro de 2011). Embora a fala oficial seja a de que as casas não estão sendo revistadas, o comentarista da Globo já antecipava que seria compreensível que as revistas fossem feitas e que os eventuais “suspeitos” fossem retirados de casa para averiguação.

Cerca de 15 minutos após essa conversa, o tema da revista das casas em busca de drogas e fuzis volta a ser objeto da conversa entre a apresentadora e o comentarista de polícia, enquanto são mostradas imagens aéreas da Rocinha focalizando os moradores que, então, já comemoravam a “ocupação” policial.

AP: Agora quem não precisa trabalhar, já pode ir pra janela, já pode relaxar um pouco, mas é importante ter alguém em casa, não é Rodrigo?

RP; Sim. Em função dessas revistas. *Para que não haja a necessidade da polícia ter que arrombar a sua porta [grifo nosso]* como aconteceu no complexo do Alemão e acontece até hoje, na verdade.[...] Sem essa colaboração, não acontece o processo de pacificação. (TV GLOBO, 13 nov.2011)

Vemos que, ao invés de problematizar a prática ilegal de arrombamento de portas nas comunidades, o comentarista naturaliza a prática no mesmo gesto em que culpabiliza os próprios moradores pelas ações. Segundo Pimentel, para que a polícia “não tenha que arrombar sua porta”, o morador deve abrir mão, livremente, de seu direito de ir e vir (mesmo que seja para trabalhar), sob pena, também de colocar em risco o próprio processo de pacificação. Na edição do RJTV do dia seguinte, 14 de novembro de 2011, esse assunto volta à tona, justamente em uma entrevista ao vivo com o mesmo Comandante do Bope, nas ruas da comunidade.

*Rodrigo Pimentel:* Casas já estão sendo revistadas nesse momento e como o morador pode ajudar?

*Comandante do Bope:* Sim. É importante [...]. Constantemente marginais colocam equipamentos de guerra nesses locais. [...]. A gente pede que o morador [...] franqueie a entrada ao policial. É um incômodo, mas é importante e tem que ser feito.

*Rodrigo Pimentel:* O Bope pode arrombar alguma porta, nesse momento?

*Comandante do Bope:* Não. Não pode arrombar. Não é para arrombar, mas a gente pede que, em sendo instado por um policial que o recepcione, acompanhe o trabalho e o identifique.

Notamos, dessa vez, que a fala oficial é o pedido de ajuda dos moradores para identificar os “materiais de guerra” deixados pelos traficantes em suas residências e a insistência da autoridade em enfatizar que não poderiam, em hipótese alguma, acontecer a entrada forçada nos domicílios. Uma preocupação bastante diferente da tônica da “análise” de Rodrigo Pimentel no dia anterior, na qual os “eventuais” arrombamentos eram vistos como necessários caso os moradores não permanecessem em casa (ou não colaborassem “voluntariamente” com o trabalho da polícia).

Temos, claramente, nesse exemplo, uma consequência discursiva grave do tipo de silenciamento que é produzido a partir da “opção” da emissora de que o único comentarista de segurança pública será um ex-capitão do Bope (e não um jornalista experiente que cubra a questão da violência ou mesmo um pesquisador da área). A “análise” proposta acaba por naturalizar e propor, publicamente, gestos ainda mais truculentos do que os efetivamente autorizados pelo comandante da operação.

## Conclusão

Em um pequeno e famoso conto, Kafka reescreve a aventura de Ulisses diante das sereias e acrescenta a essas temíveis figuras uma característica ignorada na Odisseia original de Homero:

ora, as sereias possuem, no entanto, uma arma ainda mais assustadora do que o canto: seu silêncio. Embora isso nunca tenha acontecido, talvez se possa pensar que alguém tenha se salvado de seu canto, certamente não porém de seu silêncio (KAFKA, 1989, p. 51).

De modo análogo, poderíamos concluir que, como o poder das sereias de Kafka, os gestos de silenciamento discursivo, materializados, ainda assim, pela injunção a determinados discursos “autorizados”, tornam-se uma poderosa arma midiática contra as possibilidades de entendermos as transformações contemporâneas de modo mais complexo e plural do que as evidências apresentadas ao longo das reportagens.

Lícia Valladares (2005), ao analisar o modo como as comunidades são representadas nas pesquisas em ciências sociais, denuncia a reprodução, incessante, de verdadeiros dogmas tomados como verdade universal quando o assunto é favela. Nossa análise até aqui permite transpor a evidência de tais dogmas no discurso do RJTV em relação às “pacificações”. Para ela, os três dogmas seriam: a especificidade da favela, as comunidades como território urbano dos pobres e a homogeneidade “universal” da(s) favela(s).

Ao considerarmos as comunidades como um espaço específico e singular em comparação à cidade, às leis, ao urbanismo, apagam-se as evidências de que a favela, “pacificada” ou não, *sempre* fez parte da cidade, no mesmo movimento discursivo em que silenciam-se as heterogeneidades destes diferentes locais. Além disso, entender a favela como o *locus* homogêneo da pobreza é não enxergar as heterogeneidades econômicas, as contradições e as riquezas produzidas, compartilhadas e acumuladas nas favelas, bem como silenciar a singularidade de cada espaço da cidade, suas potências específicas, contradições dialógicas, heterogeneidades polifônicas e práticas polissêmicas de lugar.

Em resumo, o alerta coincide com a forma como tais localidades e seus moradores são vistos nas reportagens sobre “pacificação”:

“A” favela é obrigatoriamente um morro, uma zona ocupada ilegalmente, fora da lei, um espaço subequipado, lugar de concentração dos pobres na cidade. Numa mesma denominação genérica, a palavra favela unifica situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social” (VALLADARES, 2005, p.152).

A reafirmação desses dogmas será justamente a consequência discursiva do complexo jogo de silenciamentos engendrado pela cobertura telejornalística aqui analisada. O direito de fala oferecido a apenas um “modelo” de morador “de favela”, que será replicado para “qualquer” favela, só funciona enquanto compartilharmos a ideia de que toda comunidade (como todo morador) é igual. Efetiva-se, com isso, a redução brutal da complexidade e da especificidade heterogênea de diferentes espaços da cidade no mesmo gesto enunciativo que parece “incluir” tais localidades no mapa discursivo dos territórios “recuperados” pelo Estado.

A constatação desse tipo de “revitalização”, materializada na escolha das fontes “autorizadas” e do policial-comentarista, se assemelha, no plano discursivo, ao processo social de transformação com o qual nos deparamos espacialmente. Uma verdadeira *gentrificação discursiva* que toma como “inevitável” o atual modelo de “pacificação” das comunidades e que silencia parte expressiva dos moradores, expulsando-os, dessa vez, da possibilidade de serem sujeitos de discurso, na mesma medida em que já não parecem “caber” nos projetos “inquestionáveis” de redesenho da cidade.

## Referências

- BARATTA, A. Filósofo de uma criminologia crítica. In: RAMOS, S. (Org.). *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.
- FOUCAULT, M.. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Segurança Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KAFKA, F. *Nas galerias*. São Paulo: Estação liberdade, 1989.
- KANT DE LIMA, R. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, M. (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.
- MISSE, M. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: *Acusados e Acusadores*. Rio de Janeiro: Revan;Faperj, 2008b.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.
- SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração”urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN. C. (Org.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- VALLADARES, L. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. *Histórico*. 2009. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/historico>. Acesso em: 28 nov. 2014.